



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

## I I Concurso Público de Provas para Provimento de Cargos de Técnico Legislativo – Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '25', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Sócrates tornou-se renomado por sua contribuição no campo da ética.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 80 questões numeradas de 1 a 80.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Considere a crônica de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões de números 1 a 10.

Quando a senhora foi descer do lotação, o motorista coçou a cabeça: – Mil cruzeiros! Como é que a senhora quer que eu troque mil cruzeiros?

– Desculpe, me esqueci completamente de trazer trocado.

– Não posso não, a madame não leu o aviso – olha ele ali – que o troco máximo é de 200 cruzeiros?

– Eu sei, mas que é que hei de fazer agora? O senhor nunca esqueceu nada na vida?

– Quem sabe se procurando de novo na bolsa...

Ela vasculhava, remexia, nada. Nenhum cavalheiro (como se dizia no tempo do meu pai) se moveu para salvar a situação, oferecendo troco ou se prontificando a pagar a passagem. Àquela hora não havia cavalheiros, pelo menos na lotação.

– Então o senhor me dá licença de saltar e ficar devendo.

– Pera aí. Vou ver se posso trocar.

Podia. Tirou do bolso de trás um bolo respeitável, foi botando as cédulas sobre o joelho, meticulosamente.

– Tá aqui o seu troco. De outra vez a madame já sabe, hem?

Ela desceu, o carro já havia começado a chispar, como é destino dos lotações, quando de repente o motorista freou e botou as mãos à cabeça: – Os senhores acreditam que em vez de guardar a nota de mil, eu de burro, devolvi com o troco?

Botou a cabeça fora do carro, à procura da senhora, que atravessava a rua, lá atrás: – Dona! Ó dona! A nota de mil cruzeiros!

Os passageiros não pareciam interessados no prejuízo, como antes não se condoeram do vexame da senhora.

– Como é que eu posso tocar se perdi mil cruzeiros, gente? Quem vai me pagar esses mil cruzeiros?

Encostou o veículo e, num gesto solene: – Vou buscar meu cabral. A partir deste momento, confio este carro, com todos os seus pertences, à distinção dos senhores passageiros.

– Deixa que eu vou! – disse um deles, garoto. E precipitou-se para fora, antes do motorista.

Via-se o garoto correndo para alcançar a senhora, tocando-a pelo braço, os dois confabulando. Ela abria de novo a bolsa, tirava objetos, o pequeno ajudava. Os passageiros já se mostravam impacientes com a demora da expedição. O guarda veio estranhar o estacionamento e recebeu a explicação de força-maior, quem é que me paga meus mil cruzeiros? O Serviço de Trânsito? Voltou o garoto, sem a nota. A senhora tinha apenas 987 cruzeiros, ele vira e jurava por ela.

– Tão vendo? Um prejuízo desses antes do almoço é de tirar a fome e a vontade de comer. – disse em tom frio, sem revolta, como simples remate. E tocou.

Perto do colégio, o garoto desceu, repetindo, encabulado: – Pode acreditar, ela não tinha mesmo o dinheiro não.

O motorista respondeu-lhe baixinho: – Eu sei. Já vi que está ali debaixo da caixa de fósforos. Mas se eu disser isso, esse povo me mata.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. et al. **Para gostar de ler**, v.2. São Paulo: Ática, 1966, p. 43-45)

1. Está empregado em sentido hiperbólico o verbo sublinhado no seguinte trecho:

- (A) Ela abria de novo a bolsa, tirava objetos, o pequeno ajudava.
- (B) Quando a senhora foi descer do lotação, o motorista coçou a cabeça.
- (C) – Não posso não, a madame não leu o aviso [...] que o troco máximo é de 200 cruzeiros?
- (D) Mas se eu disser isso, esse povo me mata.
- (E) quem é que me paga meus mil cruzeiros?

2. O cronista manifesta-se explicitamente em seu próprio texto no seguinte trecho:

- (A) Tirou do bolso de trás um bolo respeitável, foi botando as cédulas sobre o joelho, meticulosamente.
- (B) Nenhum cavalheiro (como se dizia no tempo do meu pai) se moveu para salvar a situação, oferecendo troco ou se prontificando a pagar a passagem.
- (C) Botou a cabeça fora do carro, à procura da senhora, que atravessava a rua, lá atrás: – Dona! Ó dona! A nota de mil cruzeiros!
- (D) Os passageiros não pareciam interessados no prejuízo, como antes não se condoeram do vexame da senhora.
- (E) O motorista respondeu-lhe baixinho: – Eu sei. Já vi que está ali debaixo da caixa de fósforos. Mas se eu disser isso, esse povo me mata.



3. O verbo em negrito deve sua flexão ao termo sublinhado no seguinte trecho:
- (A) **Botou a cabeça** fora do carro, à procura da senhora.
  - (B) **Àquela hora não havia** cavalheiros, pelo menos no lotação.
  - (C) **Tirou do bolso de trás um bolo respeitável**.
  - (D) **Voltou o garoto**, sem a nota.
  - (E) **Perto do colégio**, o garoto **desceu**.
- 
4. A voz do personagem mescla-se à voz do cronista, configurando o chamado discurso indireto livre, em:
- (A) O guarda veio estranhar o estacionamento e recebeu a explicação de força-maior, quem é que me paga meus mil cruzeiros?
  - (B) – Não posso não, a madame não leu o aviso – olha ele ali – que o troco máximo é de 200 cruzeiros?
  - (C) Os passageiros não pareciam interessados no prejuízo, como antes não se condoeram do vexame da senhora.
  - (D) – Como é que eu posso tocar se perdi mil cruzeiros, gente? Quem vai me pagar esses mil cruzeiros?
  - (E) – Deixa que eu vou! – disse um deles, garoto. E precipitou-se para fora, antes do motorista.
- 
5. Estabelece no contexto uma relação de condição o termo sublinhado no seguinte trecho:
- (A) Vou ver se posso trocar. (8º parágrafo)
  - (B) Nenhum cavalheiro [...] se moveu para salvar a situação. (6º parágrafo)
  - (C) Mas se eu disser isso, esse povo me mata. (20º parágrafo)
  - (D) como antes não se condoeram do vexame da senhora. (13º parágrafo)
  - (E) Via-se o garoto correndo para alcançar a senhora. (17º parágrafo)
- 
6. Expressão expletiva é aquela que não exerce função sintática. Constitui uma expressão expletiva aquela sublinhada no seguinte trecho:
- (A) A partir deste momento, confio este carro, com todos os seus pertences, à distinção dos senhores passageiros.
  - (B) – Quem sabe se procurando de novo na bolsa...
  - (C) Àquela hora não havia cavalheiros, pelo menos no lotação.
  - (D) – Deixa que eu vou! – disse um deles, garoto.
  - (E) Como é que a senhora quer que eu troque mil cruzeiros?
- 
7. Emprega-se vírgula para isolar um vocativo no seguinte trecho:
- (A) – Pode acreditar, ela não tinha mesmo o dinheiro não.
  - (B) – Eu sei, mas que é que hei de fazer agora?
  - (C) Ela vasculhava, remexia, nada.
  - (D) – Deixa que eu vou! – disse um deles, garoto.
  - (E) – Como é que eu posso tocar se perdi mil cruzeiros, gente?
- 
8. Um prejuízo desses antes do almoço é de tirar a fome e a vontade de comer. (18º parágrafo)
- Ao afirmar que o prejuízo tira “a fome” e tira “a vontade de comer”, o motorista fez uso de
- (A) uma antítese.
  - (B) um pleonismo.
  - (C) uma personificação.
  - (D) uma sinestesia.
  - (E) um eufemismo.
- 
9. Verifica-se palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação no seguinte trecho:
- (A) Os passageiros não pareciam interessados no prejuízo.
  - (B) – Desculpe, me esqueci completamente de trazer trocado.
  - (C) Os passageiros já se mostravam impacientes com a demora da expedição.
  - (D) Um prejuízo desses antes do almoço é de tirar a fome e a vontade de comer.
  - (E) – Pode acreditar, ela não tinha mesmo o dinheiro não.
- 
10. É invariável quanto a gênero e a número a palavra sublinhada no seguinte trecho:
- (A) – Eu sei, mas que é que hei de fazer agora?
  - (B) Nenhum cavalheiro [...] se moveu para salvar a situação.
  - (C) – Então o senhor me dá licença de saltar e ficar devendo.
  - (D) Os passageiros não pareciam interessados no prejuízo.
  - (E) Mas se eu disser isso, esse povo me mata.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Considere a sequência de números naturais em que o primeiro termo é 2, o segundo termo é 7 e o terceiro termo e os demais correspondem à unidade do produto dos dois termos anteriores, ou seja, a sequência é 2, 7, 4, 8, ..., pois  $2 \times 7 = 14$  cuja unidade é 4 e  $7 \times 4 = 28$  cuja unidade é 8, e assim por diante. O 40º termo dessa sequência é
- (A) 2  
(B) 7  
(C) 8  
(D) 4  
(E) 6
- 
12. Em uma papelaria, um lápis, um apontador e três borrachas custam o mesmo que um compasso, um apontador e um lápis. Sabendo-se que o compasso custa R\$ 36,00, o preço da borracha nessa papelaria é
- (A) R\$ 4,00  
(B) R\$ 12,00  
(C) R\$ 9,00  
(D) R\$ 6,00  
(E) R\$ 18,00
- 
13. Em uma caixa cabem exatamente 10 embalagens de refrigerante ou 6 embalagens de suco. Em cinco dessas caixas foram colocadas, ao todo, 42 embalagens e todas as caixas estavam com sua ocupação máxima. O total de embalagens de suco que foram colocadas nessas 5 caixas é igual a
- (A) 6  
(B) 24  
(C) 15  
(D) 12  
(E) 30
- 
14. Considere todos os conjuntos de 3 números distintos, naturais e diferentes de zero. A quantidade desses conjuntos, cujos elementos têm soma igual a 10, é
- (A) 4  
(B) 3  
(C) 5  
(D) 6  
(E) 7
- 
15. Maria e José repartiram R\$ 675,00 na razão de 5 para 4. José gastou  $\frac{5}{6}$  de sua parte. O valor gasto por José foi de
- (A) R\$ 150,00  
(B) R\$ 75,00  
(C) R\$ 325,00  
(D) R\$ 300,00  
(E) R\$ 250,00

**Legislação Institucional**

16. Gilberto estava com sua condição de segurado suspensa em razão de deixar de contribuir para o Mato Grosso do Sul Previdência (MSPREV) por mais de três meses consecutivos, estando o direito ao benefício que recebia como segurado suspenso há dois meses, quando veio a óbito. De acordo com a Lei Estadual nº 3.150/2005 (Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul MSPREV), os benefícios devidos aos seus dependentes
- (A) não serão deferidos, pois somente seria possível o deferimento desses benefícios se o direito ao benefício de Gilberto estivesse suspenso há, no máximo, trinta dias, caso em que seria permitida a quitação do débito pelos dependentes, sem necessidade de atualização monetária e juros de mora.
- (B) serão deferidos, desde que requeridos na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, após o recolhimento das quantias em atraso, sem necessidade de atualização monetária ou juros de mora.
- (C) serão deferidos, desde que requeridos na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, sem necessidade de recolhimento das quantias em atraso.
- (D) não serão deferidos, por não ser possível o recolhimento das quantias em atraso pelos dependentes após a morte do segurado.
- (E) serão deferidos, desde que requeridos na forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, após o recolhimento das quantias em atraso, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora.



17. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 65/2008), as questões de ordem
- (A) são todas as dúvidas levantadas em Plenário quanto à interpretação do Regimento Interno, na sua prática, ou relacionada com a Constituição, sendo que durante a Ordem do Dia poderão ser formuladas questões de ordem que não estejam ligadas à matéria que com ela se relacione.
  - (B) devem ser formuladas com clareza e, sempre que possível, com a indicação dos dispositivos cuja observância se pretende elucidar, sendo que incumbe ao Presidente da Assembleia resolvê-las soberanamente, podendo, excepcionalmente, delegar ao Plenário a sua apreciação.
  - (C) serão decididas pelo Presidente da Assembleia que não poderá, em hipótese alguma, delegar ao Plenário a sua apreciação, sendo que as decisões serão registradas em livro especial, com índice remissivo anexo.
  - (D) serão formuladas com clareza, nelas podendo falar: o autor, propondo-a e arrazoando a tese respectiva, se o caso, por cinco minutos; dois Deputados a favor da tese do autor e dois contra, por Bancada, durante cinco minutos.
  - (E) poderão ser formuladas em qualquer fase da Sessão e serão resolvidas soberanamente pelo Presidente da Assembleia, sendo permitido ao Deputado opor-se ou criticar a decisão de questão de ordem na Sessão em que for adotada, pelo prazo de cinco minutos.

18. Quanto à Consolidação das Leis, considere:

- I. As leis estaduais serão reunidas em codificações e consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Estadual.
- II. A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.
- III. São legitimados para formular projeto de lei de consolidação exclusivamente a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e qualquer Comissão Permanente.

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 105/2003, está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

19. De acordo com a Lei nº 6.279/2024 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Legislativo), o adicional de desempenho

- (A) tem caráter temporário e será concedido aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, durante o período de um ano, em razão de resultados obtidos no processo de avaliação de desempenho, tendo como objetivo incentivar e valorizar o desempenho e a contribuição do servidor para o alcance das metas institucionais do Poder Legislativo.
- (B) será pago anualmente e terá valor variável de acordo com o resultado da avaliação de desempenho, conforme os requisitos e percentuais definidos nos anexos da referida lei e regulamento próprio.
- (C) tem caráter permanente e será concedido aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo em razão de resultados obtidos no processo de avaliação de desempenho, tendo como objetivo incentivar e valorizar o desempenho e a contribuição do servidor para o alcance das metas institucionais do Poder Legislativo.
- (D) será concedido aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo quando da conclusão de formação em grau de escolaridade acima daquele exigido para o ingresso no respectivo cargo, conforme os requisitos e percentuais nos anexos da referida lei e regulamento próprio.
- (E) tem caráter permanente e será concedido cada anuênio de efetivo exercício no Poder Legislativo, sendo de um por cento sobre o vencimento básico acrescido dos encargos especiais do cargo efetivo ocupado pelo servidor até o limite de quarenta por cento.

20. De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, o Deputado

- (A) perderá o mandato se investido no cargo de Ministro de Estado ou quando licenciado pela Assembleia Legislativa para tratar, sem remuneração, de interesse particular, caso o afastamento ultrapasse a noventa dias por sessão legislativa.
- (B) não poderá, desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, ser preso, nem em flagrante delito de crime inafiançável, nem processado por crime, sem prévia licença da Assembleia Legislativa.
- (C) perderá o mandato se deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quinta parte das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, salvo no caso de licença ou missão por esta autorizada.
- (D) será obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
- (E) investido no cargo de Secretário de Estado ou chefe de missão diplomática temporária não perderá o mandato.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Domitilo invocou motivo de convicção filosófica para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, enquanto Dorival invocou motivo de crença religiosa também para eximir-se de obrigação legal a todos imposta. Considerando que ambos são brasileiros residentes no Brasil e maiores de idade, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO será(ão) privado(s) de direitos pelos motivos apresentados:
- (A) Domitilo e Dorival, salvo se se recusarem a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
  - (B) Domitilo, apenas, salvo se se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
  - (C) Dorival, apenas, independentemente de haver ou não recusa a cumprimento de prestação alternativa.
  - (D) Domitilo e Dorival, independentemente de haver ou não recusa a cumprimento de prestação alternativa.
  - (E) Dorival, apenas, salvo se se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- 
22. Jurandir, Genivaldo, Leônidas e Diógenes são amigos, possuindo, os quatro, a nacionalidade brasileira. Dois deles, porém, são brasileiros naturalizados e, embora fosse o desejo deles, não puderam exercer cargos privativos de brasileiro nato, assumindo, portanto, outros cargos que não exigem essa condição. Supondo que: Jurandir é Presidente da Câmara dos Deputados; Genivaldo é Ministro do Supremo Tribunal Federal; Leônidas é Ministro do Superior Tribunal de Justiça; e Diógenes é Prefeito em determinado Município, de acordo com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, na situação hipotética apresentada, são brasileiros natos APENAS
- (A) Leônidas e Diógenes.
  - (B) Jurandir e Diógenes.
  - (C) Jurandir e Genivaldo.
  - (D) Jurandir e Leônidas.
  - (E) Genivaldo e Leônidas.
- 
23. Osvald e Lilly, ingleses, estavam residindo no Brasil a serviço da Itália, quando Nicole nasceu. Nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Nicole
- (A) não é brasileira nata, mas poderá se naturalizar brasileira se residir no Brasil por um ano ininterrupto e tiver idoneidade moral.
  - (B) não é brasileira nata, mas poderá se naturalizar brasileira se residir no Brasil por, pelo menos, quinze anos ininterruptos e não tiver condenação penal.
  - (C) não é brasileira nata, pois seus pais aqui estavam a serviço da Itália.
  - (D) não é brasileira nata, pois seus pais são ingleses.
  - (E) é brasileira nata, pois nasceu no Brasil e seus pais não estavam aqui a serviço de seu país de origem.
- 
24. Alice é brasileira naturalizada, estudante universitária, tem 22 anos de idade e afirma que votará em um vizinho seu, Elias, que é brasileiro nato, psicólogo e tem 25 anos de idade, para Governador do Estado, caso ele se candidate, nas próximas eleições gerais, em 2026. Ela deseja se tornar Prefeita do Município onde reside, candidatando-se nas próximas eleições municipais, em 2028. Com base apenas nas informações fornecidas, nessa situação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, para Alice o alistamento eleitoral e o voto são
- (A) facultativos, podendo ela se candidatar a Prefeita. Elias poderá se candidatar ao cargo de Governador.
  - (B) obrigatórios, podendo ela se candidatar a Prefeita. Elias não poderá se candidatar ao cargo de Governador.
  - (C) obrigatórios, podendo ela se candidatar a Prefeita. Elias poderá se candidatar ao cargo de Governador.
  - (D) facultativos, podendo ela se candidatar a Prefeita. Elias não poderá se candidatar ao cargo de Governador.
  - (E) proibidos, não podendo ela se candidatar a Prefeita. Elias poderá se candidatar ao cargo de Governador.
- 
25. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica são de iniciativa
- (A) de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Procurador-Geral da República, sendo que a discussão e votação desse projeto de lei terá início sempre na Câmara dos Deputados.
  - (B) de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Procurador-Geral da República, sendo que a discussão e votação desse projeto de lei terá início no Senado Federal somente se for de iniciativa do Senado Federal.
  - (C) privativa do Presidente da República, sendo que a discussão e votação desse projeto de lei terá início no Senado Federal.
  - (D) privativa do Presidente da República, sendo que a discussão e votação desse projeto de lei terá início na Câmara dos Deputados.
  - (E) do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Procurador-Geral da República, sendo que a discussão e votação desse projeto de lei terá início sempre no Senado Federal.



26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Conselho Nacional de Justiça
- (A) é competente para, dentre outras atribuições, representar ao Ministério Público, no caso de crime contra administração pública ou de abuso de autoridade, como também para rever, mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há mais de um ano.
  - (B) é competente para receber e conhecer das reclamações exclusivamente contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso ou determinar a remoção ou a disponibilidade, vedada a aplicação de outras sanções administrativas.
  - (C) possui, dentre seus membros, dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, ambos indicados pela Câmara dos Deputados, e dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com mandato de dois anos, não sendo admitida recondução.
  - (D) compõe-se de 15 membros, dentre os quais o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que também o preside, sendo que nas suas ausências e impedimentos essa presidência será exercida pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
  - (E) possui, dentre seus membros, um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal, que exercerá a função de Ministro-Corregedor e não ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, sendo uma de suas funções a de correição geral.
- 
27. Aline foi demitida, há um mês, sem justa causa, da empresa privada em que trabalhava. Como ela vive apenas com seus dois filhos, Luan, de 15 anos de idade, e Cauan, que acabou de fazer 17 anos de idade, quer que eles arrumem imediatamente um emprego. Ocorre que os dois estudam durante o dia, podendo, somente, realizar trabalho noturno. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Luan
- (A) e Cauan podem realizar trabalho noturno, porque possuem mais de 14 anos de idade, sendo que a proibição constante no texto constitucional é com relação à realização apenas de trabalho perigoso ou insalubre aos menores de 16 anos de idade.
  - (B) e Cauan não podem realizar trabalho noturno, por ser, esse trabalho, proibido a menores de 18 anos de idade, sendo que Luan não pode realizar nenhum trabalho, por ser menor de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade.
  - (C) e Cauan podem realizar trabalho noturno, pois são maiores de 14 anos de idade, sendo permitido qualquer trabalho a partir dessa idade, desde que não atrapalhe seus estudos.
  - (D) não pode realizar nenhum trabalho, por ser menor de 16 anos de idade, enquanto Cauan pode realizá-lo, mesmo sendo no período noturno, por ter mais de 16 anos de idade.
  - (E) poderá trabalhar no período noturno apenas na condição de aprendiz, pois é menor de 16 anos de idade, e Cauan poderá realizar trabalho noturno por ter mais de 16 anos de idade.
- 
28. Suponha que um Presidente da República pratique crime de responsabilidade. Nessa situação hipotética, com base apenas na informação fornecida, de acordo com a Constituição Federal de 1988, admitida a acusação contra ele, por dois terços
- (A) da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, não ficando suspenso de suas funções durante o trâmite do processo e, se decorrido o prazo de noventa dias, o julgamento não estiver concluído, o processo será arquivado.
  - (B) do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente e o processo será arquivado.
  - (C) da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal e, se decorrido o prazo de noventa dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
  - (D) do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, não sendo afastado do seu cargo durante o trâmite do processo e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, o processo será arquivado.
  - (E) da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- 
29. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. De acordo com a Constituição Federal de 1988, os partidos políticos
- (A) devem, obrigatoriamente, dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, aplicar 30% em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.
  - (B) devem ter caráter nacional, sendo proibido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro, mas podendo receber esses recursos financeiros de entidade subordinada a governo estrangeiro, devendo prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
  - (C) devem aplicar no mínimo 30% dos recursos do fundo partidário na criação de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários, sendo que o tempo de propaganda gratuita no rádio a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas deverá ser de no mínimo 5%, proporcional ao número de candidatas.
  - (D) têm assegurada autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, sendo obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional e estadual, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
  - (E) têm assegurada autonomia para definir sua estrutura interna e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e nas proporcionais, sendo obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.



30. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, sendo que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido
- (A) com o auxílio do Supremo Tribunal Federal, ao qual compete, dentre outras atribuições, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal.
  - (B) com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições, fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma exclusivamente direta, nos termos do tratado constitutivo.
  - (C) com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, dentre outras atribuições, aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
  - (D) exclusivamente por ele, sem qualquer auxílio, sendo que as contas devem ser prestadas por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.
  - (E) com o auxílio do Supremo Tribunal Federal, ao qual compete, dentre outras atribuições, sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão unicamente ao Senado Federal.
- 
31. De acordo com a Constituição Federal 1988, o Ministério Público
- (A) tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, devendo ser observado, relativamente a seus membros, como vedação, dentre outras, receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários ou percentagens, podendo, apenas, receber custas processuais.
  - (B) da União, dos Estados e do Distrito Federal têm por chefe o Procurador-Geral da República que poderá ser destituído por iniciativa do Presidente da República, devendo ser precedida de autorização da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
  - (C) é instituição permanente, devendo ser observada, relativamente a seus membros, dentre outras garantias, a vitaliciedade, após, no mínimo, 3 anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
  - (D) é instituição permanente, devendo ser observada, relativamente a seus membros, dentre outras garantias, a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
  - (E) da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- 
32. De acordo com a Constituição Federal de 1988, dentre as funções essenciais à Justiça está a Advocacia-Geral da União que
- (A) é a instituição que representa a União exclusivamente na esfera judicial, sendo que os Procuradores dos Estados, organizados em carreira na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas, exercerão essa representação judicial nas respectivas unidades federadas.
  - (B) é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, sendo que, na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.
  - (C) tem atribuição de, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e funcionamento, realizar as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo e também do Poder Judiciário.
  - (D) tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
  - (E) tem como membros os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, sendo a eles assegurada a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício.
- 
33. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa,
- (A) apenas extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.
  - (B) apenas em primeiro grau de jurisdição, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita a todos os cidadãos brasileiros.
  - (C) em todos os graus, exclusivamente judicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma da Constituição Federal.
  - (D) em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral, a todos os cidadãos brasileiros, podendo ser de forma gratuita ou não.
  - (E) em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos necessitados, na forma da Constituição Federal.



34. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com relação à administração pública, considere:
- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedados aos estrangeiros.
  - II. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
  - III. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) II e III, apenas.
  - (D) II, apenas.
  - (E) III, apenas.
- 
35. De acordo com a Constituição Federal de 1988, considere:
- I. Iracema pretende homologar uma sentença estrangeira no Brasil.
  - II. Félix pretende impetrar mandado de injunção em que a elaboração da norma regulamentadora é de atribuição do Tribunal de Contas da União.
  - III. Emerson pretende impetrar *habeas data* contra ato da Mesa da Câmara dos Deputados.
- Compete, ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente, o constante em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, apenas.
  - (E) III, apenas.
- 
36. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as Comissões Parlamentares de Inquérito
- (A) visam a apurar fatos, determinados ou indeterminados, mas não terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo, tão somente, encaminhar suas conclusões ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade criminal dos infratores.
  - (B) serão criadas pelo Congresso Nacional, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo indeterminado, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
  - (C) podem ser temporárias ou permanentes, visam apurar fatos determinados ou indeterminados e possuem poderes para promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores automaticamente, sendo dispensado o encaminhamento de suas conclusões ao Ministério Público.
  - (D) serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, possuindo poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas.
  - (E) serão sempre temporárias e poderão ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sempre separadamente, possuindo poderes para promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores automaticamente, sendo dispensado o encaminhamento de suas conclusões ao Ministério Público.
- 
37. Joice e Emiliano são desembargadores de um Tribunal de Justiça de determinado Estado. Suponha que Joice tenha praticado crime comum e Emiliano tenha praticado crime de responsabilidade. Com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, Joice será processada e julgada, originariamente, pelo
- (A) Superior Tribunal de Justiça e Emiliano também será processado e julgado, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (B) Tribunal de Justiça do respectivo Estado e Emiliano será processado e julgado, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) Superior Tribunal de Justiça e Emiliano será processado e julgado, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (D) Supremo Tribunal Federal e Emiliano será processado e julgado, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (E) Superior Tribunal de Justiça e Emiliano será processado e julgado, originariamente, pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado.



38. Caleb é cidadão brasileiro e, estando de boa-fé, pretende propor ação para anular ato lesivo ao patrimônio de entidade de que o Estado participa. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nessas informações, com relação ao cabimento de ação popular, Caleb
- (A) poderá propô-la, ficando isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
  - (B) poderá propô-la, ficando isento somente de custas judiciais.
  - (C) não poderá propô-la, pois não se trata de ato lesivo ao patrimônio público.
  - (D) poderá propô-la, não ficando isento de custas judiciais nem do ônus da sucumbência.
  - (E) não poderá propô-la, pois a legitimidade para a propositura dessa ação é exclusiva do Ministério Público.
- 
39. Armando, 40 anos de idade, é Prefeito do Município onde reside e deseja, nas próximas eleições, candidatar-se a Governador do seu Estado. Seu filho Júnior, que é conscrito e está no período de cumprimento do serviço militar obrigatório, disse que irá se alistar como eleitor para votar no seu pai. Considerando, hipoteticamente, que as eleições para o Governo do Estado acontecerão daqui a oito meses, quando Júnior ainda estará no período do serviço militar obrigatório, de acordo com a Constituição Federal de 1988, nessa situação, com base apenas nas informações fornecidas, Armando
- (A) poderá concorrer ao cargo de Governador, desde que renuncie ao seu mandato de Prefeito até quatro meses antes do pleito. Júnior poderá se alistar como eleitor.
  - (B) não poderá concorrer ao cargo de Governador, pois deve cumprir seu mandato de Prefeito até o final. Júnior não poderá se alistar como eleitor.
  - (C) poderá concorrer ao cargo de Governador, desde que renuncie ao seu mandato de Prefeito até quatro meses antes do pleito. Júnior não poderá se alistar como eleitor.
  - (D) não poderá concorrer ao cargo de Governador, pois deve cumprir seu mandato de Prefeito até o final. Júnior poderá se alistar como eleitor.
  - (E) poderá concorrer ao cargo de Governador, desde que renuncie ao seu mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito. Júnior não poderá se alistar como eleitor.
- 
40. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal,
- (A) tem, como um de seus objetivos fundamentais, garantir o desenvolvimento nacional, sendo Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
  - (B) constitui-se em Estado Democrático de Direito, sendo que todo poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal.
  - (C) constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.
  - (D) rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; intervenção; defesa da paz; concessão de asilo político; dentre outros.
  - (E) buscará, com relação aos povos da América Latina, tão-somente a integração econômica, política e social, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

#### Direito Administrativo

41. O ato administrativo possui elementos e requisitos que o conformam ao ordenamento jurídico. Nesse sentido,
- (A) a motivação não precisa ser expressa nos atos administrativos discricionários, mas é imprescindível nos atos vinculados, para demonstração acerca da conveniência e oportunidade da edição.
  - (B) o motivo é indispensável para a validade do ato administrativo, não precisa estar expresso em seu conteúdo, mas deve ser possível evidenciá-lo em regular exercício de controle interno e externo.
  - (C) a motivação é imprescindível como requisito de formação do ato administrativo, sendo imperioso que integre, expressamente, as razões que fundamentam sua edição.
  - (D) o objeto do ato administrativo se confunde com sua finalidade, esta que precisa estar expressa nos atos vinculados, sendo prescindível para os atos discricionários.
  - (E) a competência é requisito indispensável para que o elemento da autoexecutoriedade tenha eficácia, sob pena de nulidade insanável.
- 
42. A Administração Pública, no regular exercício de suas funções executivas, edita atos e celebra negócios jurídicos de variadas naturezas. A edição de ato que aplica sanção administrativa a uma empresa contratada para prestação de serviços de limpeza, em razão da inadequada execução do objeto do contrato materializa o exercício, pela Administração Pública, do poder
- (A) normativo-sancionatório, tendo em vista que a penalidade aplicada e as hipóteses de incidência prescindem de previsão contratual, sendo admitida a edição de ato normativo unilateral para estipular sanção específica.
  - (B) disciplinar, tendo em vista que a celebração de contrato equivale a transferir a empresa contratada, temporariamente, para a estrutura da Administração Pública Indireta.
  - (C) de polícia normativo, tendo em vista que revela ato de restrição de direitos, cuja prática demanda expressa previsão legal.
  - (D) disciplinar, tendo em vista que a celebração de contrato estabelece vínculo jurídico com a Administração Pública, ficando o contratado submetido a medidas daquela natureza.
  - (E) hierárquico, pois o vínculo contratual estabelecido equipara a empresa contratada a esfera de ingerência do poder hierárquico aplicável àqueles que detêm vínculo de natureza funcional.



43. A Administração Pública indireta é composta por pessoas jurídicas às quais são atribuídas funções, serviços e atividades de interesse público originalmente alocadas para o ente federado que as instituiu. É possível inferir, da existência dessas pessoas jurídicas, que
- (A) o regime jurídico que incide sobre o patrimônio das entidades que integram a Administração Pública Indireta é o mesmo que disciplina a Administração Pública Direta, garantindo a prestação de serviços públicos em caráter ininterrupto.
  - (B) as empresas estatais devem ser constituídas para atuar em segmentos do mercado privado em que haja déficit de oferta de serviços ou demanda desproporcional em razão de elementos imprevisíveis ou inevitáveis.
  - (C) as fundações são constituídas por capital social majoritariamente público, admitindo-se participação de outros entes e pessoas jurídicas, desde que com personalidade jurídica de direito público.
  - (D) a composição do capital social permite distinguir as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ainda que ambas possam se dedicar a serviços e utilidades públicas de mesma categoria.
  - (E) as autarquias são pessoas jurídicas dependentes da Administração Pública Central, o que lhes confere a prerrogativa de serem as únicas entidades integrantes da Administração Pública Indireta habilitadas a prestação de serviços públicos em sentido estrito.
- 
44. A delegação de atividades essenciais para a população pode ser feita por meio da concessão de serviços públicos. Os contratos de concessão possuem especificidades que podem não estar presentes nos demais contratos administrativos, tais como
- (A) a exploração de serviços e receitas acessórias com integral auferimento para a concessionária, vedado o compartilhamento de resultados ou pretensão de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do poder concedente.
  - (B) a impossibilidade de rescisão unilateral pela concessionária, assim como lhe é vedado suspender unilateralmente a execução contratual, ou seja, a prestação dos serviços, de modo a garantir a continuidade dos serviços públicos.
  - (C) o dever de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de alterações externas que reduzam, significativamente, as receitas da concessionária.
  - (D) a obrigatoriedade de licitação pela modalidade de concorrência, precedida de diálogo competitivo, com vistas a sempre buscar a solução mais eficiente.
  - (E) o dever de revisão automática da tarifa, a ser implementada unilateralmente pela concessionária, com vistas a garantir a adequada prestação dos serviços públicos, com a preservação qualitativa original.
- 
45. A imperatividade e a autoexecutoriedade dos atos administrativos editados pela Administração Pública no exercício de suas funções típicas acarretam, como consequência, respectivamente,
- (A) a produção de efeitos em relação a terceiros, independentemente de sua concordância; e a possibilidade de execução de suas próprias decisões, inclusive com adoção de medidas materiais executórias.
  - (B) a presunção de legalidade; e a possibilidade de adoção de medidas coercitivas sem prévia autorização judicial.
  - (C) a possibilidade de adoção de medidas de força e coerção; e a prerrogativa de imposição de sanções executivas em desfavor de administrados.
  - (D) a presunção absoluta de veracidade nos casos de decisões irrecorríveis; e a prerrogativa de apreensão, destruição, penhora e outras medidas coercitivas e de força em relação a terceiros.
  - (E) o direito de execução coercitiva e material de suas próprias decisões; e a irrecorribilidade de suas decisões, que permite imediata produção de efeitos delas decorrentes.
- 
46. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, a caracterização de ato de improbidade na modalidade que causa prejuízo ao erário
- (A) foi excluída das modalidades de ato de improbidade, passando-se a exigir, para tanto, comprovação de enriquecimento ilícito por parte do agente público.
  - (B) é preferencial em relação às demais modalidades de ato de improbidade, podendo absorver as demais infrações em razão do maior rigorismo no apenamento.
  - (C) admite tipificação diante de conduta culposa, quando o agente público tivesse dever funcional de não fazê-lo.
  - (D) impede a aplicação de penalidades e sanções decorrentes de infrações de outra natureza, tendo em vista que a punição por improbidade é a mais gravosa a ser imposta ao agente público.
  - (E) exige conduta dolosa por parte do agente público, permitindo a cumulação com sanções de natureza disciplinar e criminal, em seus respectivos âmbitos de imposição.



47. A aquisição de bens pela Administração Pública submete-se, como regra ordinária, à obrigação de realização de licitações. No que concerne às categorias de bens de consumo admissíveis para aquisição pela Administração,
- (A) tanto os bens de consumo de categoria comum quanto os bens enquadrados como de luxo devem ser adquiridos por meio de pregão, de modo a ser aplicado o critério de menor preço.
  - (B) os bens de consumo adquiridos pela Administração Pública poderão se enquadrar nas categorias de bens comuns ou de bens de luxo, sendo somente nesta última hipótese admissível a contratação direta, devidamente justificada.
  - (C) a aquisição de bens de luxo deve se dar por meio de inexigibilidade de licitação e somente nas hipóteses em que se esteja diante de fornecedor único.
  - (D) as finalidades da Administração Pública devem ser atendidas mediante aquisição de bens de consumo de natureza comum, sendo legalmente vedada a aquisição de bens de luxo.
  - (E) a aquisição de bens de luxo depende de justificativa técnica e deve, obrigatoriamente, sujeitar-se à licitação pela modalidade concorrência, tendo em vista que não poderiam ser objetivamente descritos como bens comuns.
- 
48. Os princípios que regem a Administração Pública informam o exercício das funções executivas típicas, devendo ser observados ainda que não estejam expressamente previstos na legislação. Nesse sentido,
- (A) o princípio da proporcionalidade é princípio acessório para o exercício do poder disciplinar, admitindo aplicação de sanção menos gravosa que a expressamente prevista em lei, em regular exercício discricionário do agente público.
  - (B) o princípio da moralidade serve como paradigma para interpretação dos demais princípios constitucionais, sobrepondo-se aos demais no caso de conflito positivo.
  - (C) o princípio da legalidade fundamenta a aplicação de todos os princípios implícitos, assim como é hierarquicamente superior ao princípio da eficiência.
  - (D) o princípio da eficiência é exemplo de princípio implícito que informa toda a atuação da Administração Pública em equivalência de validade com normas constitucionais específicas.
  - (E) inexistente hierarquia entre os princípios informadores das atividades da Administração Pública, tampouco disposição normativa que determine que se sobreponham a normas legais expressas, quando houver conflito.
- 
49. Considere que a Administração Pública tenha realizado uma licitação para contratação da prestação de serviços de alimentação para os servidores de um órgão administrativo localizado em região desprovida de estabelecimentos dessa natureza. A contratada deve preparar refeições e servir nas instalações existentes e já ocupadas por outros estabelecimentos anteriormente. A empresa vencedora não atendeu à convocação para assinatura do contrato. Diante desse cenário e considerando que a Administração Pública precisa contratar o serviço,
- (A) poderá celebrar contratação direta com qualquer dos licitantes classificados, independentemente da ordem, desde que por valor igual ou, no máximo, 10% superior ao do licitante vencedor.
  - (B) deve providenciar nova publicação de edital para contratação dos serviços, podendo celebrar contrato emergencial para atendimento imediato dos servidores, caso se faça necessário.
  - (C) deve convocar os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, para celebrar o contrato nas mesmas condições do vencedor, não sendo, contudo, de obrigatória aceitação por eles.
  - (D) deverá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para obrigatória celebração do contrato nas mesmas condições do licitante vencedor, sob pena de sancionamento nos mesmos termos aplicáveis ao 1º colocado.
  - (E) poderá convocar, sucessivamente, os licitantes classificados e celebrar o contrato com o licitante que concordar, valendo os valores e as condições por eles apresentados, não sendo necessário lhes ofertar as mesmas condições do vencedor original.
- 
50. A aplicação de sanção a empresas contratadas pela Administração Pública com base na Lei nº 14.133/2021
- (A) deve levar em conta a gravidade e a natureza da infração, não se admitindo imposição de advertência no caso de inexecução total do objeto.
  - (B) impõe a observância da ordem de gravidade das sanções, iniciando-se, obrigatoriamente, pela menos gravosa e seguindo-se até a rescisão, sem possibilidade de cumulação de penalidades.
  - (C) independe de prévia notificação do contratado para sanar eventual descumprimento, assim como não pressupõe a apresentação de defesa, que pode ser franqueada antes ou depois ao contratado.
  - (D) tem lugar nos casos de inexecução parcial do objeto pelo contratado, impondo-se a extinção antecipada caso o descumprimento exceda 50% das obrigações por ele assumidas.
  - (E) impõe que a multa não pode se dar em valor superior ao montante contratualmente previsto para pagamento, no mês corrente, ao contratado.



51. No regular exercício do controle externo sobre os atos praticados pela Administração Pública, o Poder Legislativo
- (A) deve fiscalizar os atos e contratos da Administração Pública nos mesmos limites e aspectos realizados pelo Poder Judiciário, como observância do equilíbrio entre os Poderes.
  - (B) deverá apreciar, com auxílio dos Tribunais de Contas, dentre outros aspectos, a legalidade e a economicidade das licitações e contratos celebrados pela Administração Pública.
  - (C) deverá, por decisão proferida pelo Tribunal de Contas competente, sustar ou anular contratos firmados em desacordo com a legislação de regência.
  - (D) deve apreciar, para fins de ratificação ou anulação, os atos administrativos vinculados dos quais decorram obrigações financeiras ao erário.
  - (E) determina que a Administração Pública imponha multa aos contratados e aos agentes públicos responsáveis por contratos eivados de vício de legalidade, não havendo previsão legal para sancionamento dos responsáveis no âmbito do controle pelo Legislativo.
- 
52. Em relação ao acesso às informações relacionadas às atividades de fiscalização exercidas pelos órgãos de controle externo sobre os atos da Administração Pública,
- (A) poderá ser solicitado acesso a informações sobre procedimentos de prestação e tomada de contas relacionadas a exercícios anteriores.
  - (B) a Administração Pública poderá recusar o pedido de informações, que deverá ser apresentado diretamente aos órgãos de controle externo.
  - (C) não é admitido o acesso a informações sobre contratos e licitações que estiverem em procedimento de fiscalização externo.
  - (D) é vedado o acesso a informações relacionadas a projetos e contratos que envolvam pesquisa e tecnologia.
  - (E) o pedido de acesso à informação relacionada às atividades de fiscalização de contas deve se circunscrever ao exercício em curso, não incluindo procedimentos concluídos.
- 
53. A modalidade de licitação cabível para que um órgão da Administração Pública Direta promova a alienação onerosa de dois imóveis onde estavam instaladas unidades administrativas de sua estrutura é
- (A) o leilão, obrigatoriamente eletrônico e valendo-se do critério do menor desconto ou do maior lance.
  - (B) o pregão, por se tratar de bem imóvel de natureza comum, aplicando-se o critério do menor desconto.
  - (C) o leilão, de forma eletrônica, sendo possível a realização sob forma presencial em situações excepcionais e legalmente amparadas.
  - (D) a concorrência, por expressa disposição da Lei de Licitações, com vistas à ampliação da competição e do retorno financeiro.
  - (E) a concorrência, precedida de autorização legislativa específica e avaliação do bem realizada por profissional legalmente habilitado.
- 
54. O instituto da nomeação, na forma disciplinada pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Mato Grosso do Sul,
- (A) deve se dar concomitantemente com a posse no caso dos cargos em comissão.
  - (B) é aplicável para a investidura em cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança, estes últimos quando precedidos de concurso público.
  - (C) é a forma de provimento de cargo público efetivo ou em comissão, seguindo-se de posse pelo servidor no prazo legalmente estabelecido.
  - (D) restringe-se à investidura para cargos efetivos, porque obrigatoriamente precedidos de concurso público de provas ou de provas e títulos.
  - (E) admite o formato provisório, incidente durante o período de estágio probatório.
- 
55. A organização da escala de férias dos servidores do órgão administrativo é providência decorrente do poder
- (A) regulamentar, como explicitação das disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Civis que disciplinam o direito a férias.
  - (B) disciplinar, porque inclui a possibilidade de sancionamento dos servidores que não atenderem os critérios estabelecidos para a escolha ou que descumprirem o cronograma.
  - (C) normativo, considerando que exige a homologação pela autoridade máxima do órgão, seguida de publicação nos veículos oficiais de imprensa.
  - (D) hierárquico, que abrange a tarefa de distribuição e organização do trabalho, para o quê mostra-se imprescindível a adequada gestão dos períodos de férias dos servidores.
  - (E) disciplinar da autoridade máxima do órgão, tendo em vista que abrange a prerrogativa exclusiva de aplicação da sanção de redução em 1/3 do período de férias.



56. A instituição, por um ente federado, de pessoa jurídica destinada a atuar no setor de crédito e financeiro
- (A) pode se dar por decreto do Chefe do Executivo, se a pessoa jurídica instituída tiver personalidade jurídica de direito público.
  - (B) representa a forma de participação do referido ente federado no domínio econômico, sendo que a instituição de empresa estatal para a finalidade deve ter sido precedida de autorização legislativa.
  - (C) pode se dar por meio de instituição de empresa estatal, desde que tenha havido prévia autorização em lei e observância da integralidade do capital social para o ente.
  - (D) representa o modelo de organização administrativa por desconcentração, pois desloca da Administração Pública Central a titularidade pelo desenvolvimento e disponibilização de utilidades aos administrados.
  - (E) insere-se na autonomia do ente federativo e na competência de organização administrativa, que confere poderes ao Chefe do Executivo para instituição de entidades por decreto.
- 
57. A prestação de serviços públicos por meio de delegação para a iniciativa privada admite algumas formas, distinguindo-se a concessão e a permissão de serviços públicos, pois a
- (A) concessão de serviço público fica sujeita a integral controle externo e interno, enquanto a permissão de uso, ato discricionário, exclui a possibilidade de controle externo.
  - (B) permissão tem natureza precária, dispensando a realização de licitação e não admitindo reequilíbrio econômico-financeiro.
  - (C) concessão pode ter natureza contratual ou precária, esta quando tiver sido contratada mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, ao passo que a permissão de serviços públicos é sempre precária.
  - (D) permissão de serviço público pode se dar sem fins lucrativos, desde que a pessoas jurídicas assim constituídas, o que não é admitido para as concessionárias de serviços públicos.
  - (E) concessão de serviços públicos só pode ser celebrada com pessoas jurídicas, enquanto a permissão de serviço público admite essa forma de delegação para pessoas físicas.
- 
58. A expressão “cláusulas exorbitantes” refere-se a disposições aplicáveis a contratos administrativos que revelam
- (A) prerrogativa da Administração Pública de promover alteração contratual unilateralmente, para majoração e supressão do valor do contrato, nos limites previstos em lei.
  - (B) a possibilidade de rescisão unilateral dos contratos administrativos, independentemente de concordância do contratado ou de descumprimento das disposições expressas na avença, não sendo exigível indenização ou recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro.
  - (C) prerrogativas unilaterais conferidas para a Administração Pública que não precisam constar expressamente dos contratos, a exemplo das supressões de objeto até o limite de 50% do valor da avença.
  - (D) poderes implícitos da Administração Pública contratante de transferência da execução contratual para terceiros, no caso de avaliação de interesse público.
  - (E) a possibilidade de formalização de contratos verbais, independentemente do objeto e do valor, desde que se materialize justificativa de interesse público, como corolário do princípio da supremacia do interesse público.
- 
59. A configuração de um ato de improbidade praticado por servidor ocupante de cargo em comissão mediante ação coordenada com particular interessado no resultado ilícito da conduta
- (A) admite a tipificação do ato de improbidade sob a modalidade culposa, tendo em vista que o conluio ou o concurso com o particular configuram circunstância agravante, que aciona o maior rigorismo normativo.
  - (B) dependeria de apurar se o servidor, a despeito de ocupar cargo em comissão, também é titular de cargo efetivo, condição imprescindível para a tipificação de ato de improbidade.
  - (C) permite a aplicação de sanções previstas na Lei de Improbidade ao particular que atuou em conjunto com o agente público cuja conduta dolosa tipificou infração daquela natureza.
  - (D) depende de comprovação de dolo específico dos dois agentes, pois o particular, ao atuar em conluio com o servidor público, passa a figurar como sujeito ativo de ato de improbidade, passível, inclusive, de punição autônoma.
  - (E) não seria admissível, porque envolveria a aplicação de sanções disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Civis ao particular, o que é expressamente vedado por este ato normativo.



60. A apreensão, no âmbito de um estabelecimento privado de comercialização de fármacos, de documentos comprobatórios de aquisições de produtos farmacêuticos irregulares e desprovidos de aprovação pelos órgãos de saúde e sanitários competentes
- (A) permite a lacração do estabelecimento e o cancelamento do registro de funcionamento, cabendo ao particular, se tiver êxito em demonstrar a regularidade de sua atuação em juízo, instituir nova pessoa jurídica para a retomada das atividades de comércio.
  - (B) depende de prévia autorização judicial, tendo em vista que as atividades comerciais no âmbito do segmento de saúde gozam de maior proteção e autonomia, em razão de sua natureza essencial.
  - (C) não poderia ser acompanhada de interdição do estabelecimento, pois medidas restritivas de direitos de particulares não podem ser implementadas e executadas pelo Poder Executivo, sendo competência do Legislativo.
  - (D) é medida regular, válida e satisfativa, cabendo ao particular que suportou a medida coercitiva de urgência ajuizar ação para veicular defesa sobre sua atuação.
  - (E) pode ter se dado por meio de medida administrativa, como expressão do poder de polícia, diferindo-se o exercício do direito de defesa em razão do risco de lesão à saúde pública.

---

### Noções de Administração Pública

61. Quando a função administrativa é exercida por um único órgão público, no âmbito interno de cada ente, sem divisão, diz-se que a função administrativa é
- (A) internalizada.
  - (B) descentralizada.
  - (C) centralizada.
  - (D) concentrada.
  - (E) unipartite.
- 
62. Um sistema de gestão da qualidade tem como característica(s):
- (A) segmentação de áreas.
  - (B) a padronização e a melhoria contínua.
  - (C) o estabelecimento de metas variáveis.
  - (D) fluxos de trabalho alternáveis.
  - (E) processos desconectados.
- 
63. No contexto da departamentalização, o princípio que indica que uma atividade não pode ser executada pelo mesmo departamento que a fiscaliza é conhecido como princípio
- (A) da independência fiscalizadora.
  - (B) da supressão da concorrência.
  - (C) do maior uso.
  - (D) do maior interesse.
  - (E) da separação do controle.
- 
64. Na gestão por resultados, o indicador de desempenho é considerado o
- (A) processo que permite a perseguição da qualidade de uma empresa ou órgão a partir da avaliação de sua qualidade por meio de seus colaboradores para crescimento da empresa.
  - (B) procedimento de gestão empresarial ou organizacional baseado em critérios e parâmetros previamente negociados que se refere aos resultados apresentados por seus profissionais.
  - (C) parâmetro e critério de avaliação, previamente estabelecidos, que permite a análise da realização, bem como dos principais resultados da empresa ou órgão.
  - (D) fluxo que permite medir e melhorar o desempenho de colaboradores de uma empresa ou organização, alinhando suas metas às da empresa.
  - (E) microssistema que viabiliza a medição de competências, habilidades e resultados, permitindo a identificação de forças e fraquezas do órgão.



65. Há três subsistemas principais responsáveis pela gestão da cadeia logística. Dentre estes, o sistema que envolve a gestão de suprimentos, incluindo a pesquisa de fornecedores e a logística de suprimentos, é denominado subsistema de
- (A) abastecimento.
  - (B) cadeia.
  - (C) distribuição.
  - (D) interior.
  - (E) produção.
- 
66. A automação de serviços por meio de ações do governo eletrônico que acarreta redução de burocracia, agilizando a prestação do serviço público, melhorando a experiência do usuário e reduzindo custos, é benefício que se relaciona com
- (A) o controle social.
  - (B) a eficiência.
  - (C) a transparência.
  - (D) o acesso facilitado.
  - (E) a centralidade no cidadão.
- 
67. A transparência na administração pública é um dos princípios fundamentais da gestão estatal no Brasil. De acordo com as normas que regem o tema, representa uma obrigação do poder público para garantir a transparência ativa:
- (A) Permitir acesso parcial às informações, ocultando sempre dados relacionados a despesas públicas.
  - (B) Disponibilizar dados apenas para órgãos de controle interno.
  - (C) Divulgar informações limitadas quando houver solicitação formal do cidadão.
  - (D) Publicar, independentemente de requerimento, informações de interesse coletivo ou geral.
  - (E) Liberar acesso às informações públicas após comprovação do motivo para o pedido.
- 
68. A gestão de redes organizacionais tem se tornado fundamental na administração pública, especialmente em políticas públicas complexas que envolvem múltiplos atores. Nesse contexto, é característica essencial para o bom funcionamento das redes interorganizacionais no setor público:
- (A) a realização de atividades exclusivamente por meio de contratos formais e sem interação contínua.
  - (B) a centralização rígida da tomada de decisão em um único órgão coordenador.
  - (C) a cooperação entre diferentes entidades, com compartilhamento de informações e objetivos comuns.
  - (D) a predominância de relações hierárquicas formais entre todos os participantes da rede.
  - (E) o isolamento dos órgãos públicos, evitando a participação de organizações privadas.
- 
69. Os modelos teóricos de administração pública – patrimonialista, burocrático e gerencial – refletem diferentes momentos históricos e concepções de gestão estatal. Considerando suas características, a principal diferença entre os modelos burocrático e gerencial é que o modelo
- (A) burocrático incentiva a autonomia dos gestores, enquanto o gerencial reforça a hierarquia como instrumento central de coordenação.
  - (B) gerencial elimina a necessidade de controles e auditorias, diferentemente do modelo burocrático que os exige.
  - (C) burocrático busca maior flexibilidade administrativa, enquanto o gerencial valoriza procedimentos formais e rígidos.
  - (D) gerencial concentra o poder nas elites políticas, enquanto o burocrático visa aproximar o público e o privado.
  - (E) burocrático foca na legalidade e no controle por processos, enquanto o gerencial enfatiza resultados, eficiência e desempenho.
- 
70. A governabilidade é um conceito central na administração pública, que se relaciona à capacidade que um governo possui para implementar suas agendas e políticas públicas. Considerando os fatores que a influenciam, um dos elementos que favorece a governabilidade é
- (A) a pressão intensa de grupos de interesse contrários às prioridades da gestão.
  - (B) a existência de uma base de apoio político estável, capaz de sustentar as decisões do governo.
  - (C) a fragmentação extrema do sistema partidário, dificultando a formação de coalizões.
  - (D) a resistência sistemática dos órgãos burocráticos em implementar políticas governamentais.
  - (E) o elevado grau de conflito entre os Poderes, com frequentes disputas judiciais sobre competências.



71. No contexto da administração pública, o conceito de *accountability* envolve mecanismos pelos quais agentes públicos devem prestar contas de suas ações. Um dos pilares essenciais da *accountability* democrática é a
- (A) exclusão da sociedade civil nos processos de controle e monitoramento das políticas públicas.
  - (B) proteção absoluta do sigilo administrativo sobre todas as decisões governamentais.
  - (C) existência de mecanismos de controle, transparência e responsabilização sobre a atuação dos agentes públicos.
  - (D) possibilidade de os gestores públicos atuarem sem fiscalização externa, desde que cumpram metas internas.
  - (E) autonomia total dos órgãos públicos para atuarem sem prestar contas aos cidadãos.
- 
72. No contexto da gestão de processos na administração pública, algumas técnicas são amplamente utilizadas para identificar gargalos, analisar fluxos de trabalho e propor melhorias. Entre elas, a técnica mais adequada para mapear visualmente todas as atividades de um processo, permitindo compreender sua sequência, responsáveis e pontos críticos, é
- (A) o fluxograma (*Flowchart*).
  - (B) o *benchmarking* interno.
  - (C) o Diagrama de Ishikawa (Espinha de Peixe).
  - (D) a matriz SWOT aplicada a processos.
  - (E) o ciclo PDCA.
- 
73. O controle social é um dos pilares da gestão democrática, permitindo que cidadãos e sociedade civil acompanhem, fiscalizem e influenciem as ações do Estado. Entre os instrumentos de controle social previstos no ordenamento brasileiro, aqueles que representam um mecanismo institucionalizado de participação cidadã na administração pública são:
- (A) as demandas individuais tratadas no âmbito de processos administrativos disciplinares.
  - (B) os processos de compras públicas conduzidos pelo setor de licitações.
  - (C) as auditorias internas realizadas exclusivamente pelos órgãos de controle do Executivo.
  - (D) os Conselhos de políticas públicas com participação de representantes da sociedade civil.
  - (E) os relatórios internos de desempenho elaborados pelos gestores públicos.
- 
74. Na gestão de pessoas no setor público, diferentes práticas são utilizadas para desenvolver competências, melhorar o desempenho e fortalecer a atuação profissional. A prática alinhada ao modelo de gestão por competências, amplamente adotado na administração pública moderna, é
- (A) a delegação de tarefas considerando a disponibilidade de pessoal, e não suas competências.
  - (B) a promoção automática baseada em critérios de antiguidade, independentemente do desempenho.
  - (C) a avaliação do desempenho baseada exclusivamente no tempo de serviço do servidor.
  - (D) a capacitação focada em cursos obrigatórios e padronizados, sem considerar perfis individuais.
  - (E) a identificação de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para cada função, orientando capacitações e avaliações.
- 
75. No contexto da administração pública, o planejamento estratégico é fundamental para orientar ações governamentais em direção a resultados de interesse coletivo. Um dos elementos essenciais do planejamento estratégico aplicado ao setor público é
- (A) a execução de atividades administrativas sem integração com o orçamento e sem monitoramento de resultados.
  - (B) o foco exclusivo em metas quantitativas, sem considerar missão institucional ou valores organizacionais.
  - (C) o estabelecimento de missão, visão e objetivos estratégicos que orientem políticas, programas e ações governamentais.
  - (D) a definição de objetivos apenas de curto prazo, ajustados conforme demandas imediatas.
  - (E) a priorização de ações emergenciais e improvisadas, adaptando-se continuamente às crises.



76. A respeito das convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada,
- (A) tanto a gestão pública quanto a privada utilizam práticas de gestão como planejamento, controle e avaliação de desempenho; contudo, diferem quanto aos objetivos e ao grau de autonomia decisória.
  - (B) a gestão pública não pode adotar técnicas de gestão oriundas do setor privado, pois sua atuação é integralmente regida pelo princípio da legalidade estrita.
  - (C) a gestão pública e a gestão privada têm como principal objetivo comum a maximização do lucro, embora utilizem instrumentos diferentes para alcançá-lo.
  - (D) apenas a gestão pública utiliza planejamento estratégico, enquanto a gestão privada opera de forma predominantemente improvisada.
  - (E) a gestão privada é sempre mais eficiente do que a gestão pública, pois não está sujeita a controles externos nem a limites legais.
- 
77. No contexto da ética no setor público,
- (A) os códigos de ética no serviço público têm caráter simbólico e não produzem qualquer efeito prático sobre a responsabilização do agente.
  - (B) o princípio da moralidade administrativa exige apenas o cumprimento estrito da lei, não abrangendo aspectos como honestidade, boa-fé ou lealdade institucional.
  - (C) a ética pública preocupa-se exclusivamente com a imagem do órgão perante a sociedade, não se relacionando com o comportamento individual dos agentes públicos.
  - (D) a ética no setor público envolve padrões de conduta que ultrapassam a legalidade, exigindo que o agente atue com probidade, integridade e respeito ao interesse público.
  - (E) conflito de interesses ocorre apenas quando há recebimento de vantagem financeira direta por parte do agente público.
- 
78. No contexto da administração pública, a certificação da qualidade tem sido utilizada para aprimorar processos, fortalecer a confiança do cidadão e elevar padrões de desempenho. Por isso,
- (A) a certificação da qualidade é concedida de forma permanente, não havendo necessidade de avaliações de manutenção.
  - (B) a adoção desses modelos de certificação contribui para a maior qualidade do atendimento ao cidadão.
  - (C) a certificação de qualidade é aplicada exclusivamente a empresas privadas, sendo vedada sua adoção por órgãos públicos devido às restrições legais de padronização.
  - (D) a certificação da qualidade na administração pública não exige documentação de processos, pois prioriza somente resultados finais.
  - (E) os órgãos públicos que adotam certificações de qualidade ficam dispensados da realização de auditorias internas.
- 
79. O controle social é um dos mecanismos fundamentais para o fortalecimento da cidadania e para a melhoria da administração pública e, por isso,
- (A) o controle social envolve a fiscalização realizada pela sociedade sobre as ações governamentais, podendo ocorrer por meio de instrumentos como audiências públicas, conselhos de políticas públicas, ouvidorias e portais de transparência.
  - (B) o controle social é facultativo e não possui relação direta com o fortalecimento da cidadania, pois se limita à observação passiva da atuação estatal.
  - (C) o controle social depende exclusivamente da atuação dos tribunais de contas, não havendo participação direta da sociedade civil na fiscalização das políticas públicas.
  - (D) a participação social no controle da administração pública só pode ocorrer mediante representação formal em conselhos gestores previstos em lei.
  - (E) o exercício do controle social pressupõe conhecimento técnico especializado, razão pela qual é restrito a organizações da sociedade com qualificação específica.
- 
80. Na administração pública, o processo organizacional envolve etapas integradas destinadas a orientar a ação estatal para o alcance de resultados. Nesse âmbito,
- (A) a avaliação de desempenho organizacional deve ocorrer apenas ao final dos programas governamentais, evitando interferências no andamento das ações.
  - (B) a comunicação organizacional é uma etapa acessória do processo administrativo e não interfere na efetividade do planejamento e da execução das políticas públicas.
  - (C) a direção consiste na simples fiscalização das atividades, sem relação com motivação, liderança ou coordenação das equipes.
  - (D) a etapa de planejamento tem como foco principal executar as ações definidas pelas chefias, sendo desnecessária a definição prévia de objetivos e metas.
  - (E) o controle e a avaliação permitem verificar se as ações públicas estão alinhadas aos objetivos estabelecidos, possibilitando correções e ajustes de rumo quando necessário.